

Elaine Maria Santos

AS REFORMAS POMBALINAS E OS COMPÊNDIOS DE LÍNGUA INGLESA

RESUMO

As reformas pombalinas da instrução pública trouxeram, como grandes contribuições para o ensino da língua latina e do português, a preocupação com a simplificação de regras gramaticais, a concisão de conteúdo publicado e a utilização da língua portuguesa como veículo de comunicação. Mesmo com a queda do Marquês de Pombal e o discurso de demonização de suas ações, não foi observada uma ruptura com o que tinha sido sistematizado. O objetivo deste trabalho é o de identificar de que forma as orientações para o latim e o português influenciaram nas publicações de compêndios em língua inglesa, e de que modo essas características não foram alteradas, mesmo com a queda do Marquês de Pombal. Para tanto, foram analisadas um compêndio de 1759, bem como um de 1812 e outro de 1827.

Palavras-chaves: Reformas pombalinas; Marquês de Pombal, Língua Inglesa, Compêndios, Linguística Histórica.

FALTA TITULO

ABSTRACT

The Pombaline reforms of public education brought, as great contributions to the teaching of Latin and Portuguese, the concern for simplification of grammatical rules, the conciseness of the published content and the use of the Portuguese language as a vehicle of communication. Even with the fall of the Marquis of Pombal, and the discourse of demonization of his actions, it was not observed a discontinuity of what had been systematized. The objective of this paper is to identify how the guidelines for Latin and Portuguese influenced the compendia designed to teach English, and how these characteristics have not changed, even after Marquis of Pombal lost his power and influence. For this, we analyzed three compendiums, published in 1759, 1812 and 1827.

Keywords: Pombaline Reforms; Marquis of Pombal, English Language, compendia, Historical Linguistics.

AS REFORMAS POMBALINA Y LOS COMPENDIOS DE LENGUA INGLESA

RESUMEN

Las reformas pombalinas de la instrucción pública han aportados, como grandes contribuciones a la enseñanza del latín y portugués, la preocupación por la simplificación de las reglas gramaticales, la concisión del contenido publicado y el uso de la lengua portuguesa como vehículo de comunicación. Incluso con la caída del Marqués de Pombal y el discurso de demonización de sus acciones, no se observó una ruptura con lo que se había sistematizado. El objetivo de este trabajo es identificar cómo las directrices para el latín el portugués influyeron en las publicaciones de compendios en lengua inglesa, y cómo estas características no han cambiado, incluso con la caída del Marqués de Pombal. Para ello, se analizó un compendio de 1759, uno de 1812 y otro de 1827.

Palabras clave: Reformas Pombalinas; Marqués de Pombal, Lengua Inglesa, Compendios, Lingüística Histórica.

LES RÉFORMES POMBALINES ET LES COMPENDIUMS DE LANGUE ANGLAISE

RÉSUMÉ

Les réformes pombalines de l'instuction publique ont apporté, comme grandes contributions pour l'enseignement de la langue latine et du portugais, la préoccupation avec la simplification des règles grammaticales, la concision de contenu publié et l'utilisation de la langue portugaise comme véhicule de communication. Malgré la chute du Marquis de Pombal et le discours de démonisations de ses actions, on ne peut pas observer une rupture avec ce qui avait été systématisé. Ce travail a l'objectif de identifier quelle manière les orientations pour le latin et pour le portugais ont influencé les publications de compendiums en langue anglaise, et de quelle manière ces caractéristiques n'ont pas été modifiées, malgré la chute du Marquis de Pombal. Pour ce faire, ont été analysés un compendium de 1759, un outre de 1812 et un outre de 1827.

Mots-clés: Réformes pombalines, Marquis de Pombal, Langue anglaise, Compendiums, Linguistique historique.

COM AS REFORMAS POMBALINAS da instrução pública, a história do ensino das línguas em Portugal e no Brasil alcançou status de política linguística e educacional de um Estado-Nação, pois, pela primeira vez, Portugal institucionalizou o ensino nos seus reinos, e colocou todo o controle da educação nas mãos do Estado, retirando o monopólio da Companhia de Jesus. Conforme Oliveira (2008), é constatada, nessa ocasião, uma verdadeira reformulação jurídica do Estado Português, característica de um processo de (re) construção de uma identidade nacional, ou de invenção de sua tradição, configurando-se como um sistema de representação cultural.

As referidas reformas se configuraram, dessa forma, como um dos pontos de maior sucesso entre as ações desenvolvidas durante o reinado de D. José I, em Portugal, no século XVIII, através do poder articulador de Sebastião José de Carvalho e Melo, tendo seus reflexos sido percebidos nos anos que sucederam à morte do rei, não se restringindo ao período oitocentista. O século XIX foi testemunha de um sistema educacional bastante influenciado pelo período josefino, mesmo com a propaganda negativa no período conhecido como a viradeira, em que se observaram várias ações que tinham como objetivo final o apagamento dos avanços alcançados no período anterior (SANTOS, 2010).

O período pombalino passou por dois grandes momentos de apagamentos e construções, o que, na fala de Hobsbawn e Ranger (1997), pode ser entendido como “invenção da tradição”. O primeiro momento, bem maior e com efeitos mais amplos, em que, com o intuito de fortalecer o poder do Estado Português e a centralização administrativa, tão necessárias para as aspirações iluministas de promoção da felicidade da nação através da unificação do império, pela educação, foi necessário apagar os feitos da Companhia de Jesus, demonizando-a, e colocando-a como sendo a responsável por todo o estado calamitoso em que se encontravam as Letras Humanas. Assim, não havia outra solução senão a expulsão e a extinção de todas as práticas feitas pelos jesuítas, de modo que nem os livros poderiam mais circular, de tão nefasta que foi a sua influência. O discurso foi tão forte e poderoso, que, por muito tempo,

nem se ousava falar no nome da Companhia. Esse processo pode ser associado a uma invenção da tradição, ao considerarmos que

Quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas tradições” foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta (HOBSBAWN; RANGER, 1997, p. 12).

O segundo momento de apagamento se deu com a morte de D. José I e a subsequente queda do Marquês de Pombal, com a ascensão de D. Maria I ao poder e uma política que buscava resgatar as perdas sofridas pela nobreza, no período anterior (MAXWELL, 1997). Esse momento ficou conhecido como viradeira (1777-1792), e as ações executadas no período josefino foram duramente criticadas e combatidas, sob a alegação de que, daquele momento em diante, as verdadeiras luzes seriam alcançadas. O impacto, no entanto, foi muito menor do que o observado quando da expulsão dos jesuítas, e a memória do Marquês de Pombal e de D. José I foram mais preservadas, mesmo com toda a demonização e propaganda negativa feita, conforme pode ser percebido nas próprias palavras de Sebastião José, ao narrar suas primeiras impressões pós-morte do rei:

O falecimento de D. José havia provocado a minha morte civil. Eu, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobrevivia, mas o poderoso ministro morrera com o rei e iria sofrer as maiores afrontas e dissabores. O povo, Lisboa, e a nação inteira soltava um suspiro de alívio, ao ver por terra aquele que, diziam, fizera

sentir o mais feroz despotismo que jamais se exerceu em Portugal. Denegrindo-me, saem a público versos vexatórios, folhetos e sátiras, arranca-se o medalhão com o meu busto colocado no pedestal da estátua equestre. Situado na “mó de baixo”, era acusado de todas as calamidades que haviam assolado o País. Afirmava-se ter sido devido à minha carreira maquiavélica que, eu, Marquês de Pombal, “pusera em movimento astutas máquinas para dominar a Nação, sendo pois flagello dos Povos, falsario ao Rey, quebrantador da imunidade da Igreja e pouco firme na Ley que professa”. Recrudesciam os clamores no Paço e na capital acerca do meu ministério, acusando-me de peculato, latrocínio, perfídia, arbitrariedades, sequestro e crimes de toda a casta exortando-se a que se me desse exemplar castigo (JACA, 2003, p.4).

Apesar da propaganda negativa e de demonização da imagem do Marquês de Pombal, as reformas pombalinas da instrução pública influenciaram enormemente o ensino de língua inglesa do século seguinte. Mesmo sabendo que não houve uma orientação explícita para o ensino de inglês, é possível fazer algumas inferências sobre influências perceptíveis, relacionadas a orientações para o ensino de latim e português. Assim, ao analisarmos os compêndios para o ensino de língua inglesa, é perceptível que as mesmas orientações serviram de base para as publicações de obras para o ensino de latim e português, em decorrência das características similares observadas. É fundamental, dessa forma, que sejam listadas essas mudanças encontradas nas peças legislativas do século XVIII.

Com a Lei Geral dos Estudos Menores, ou Alvará de 28 de junho de 1759, a língua portuguesa passou a ser o idioma de eleição para o ensino de qualquer que fosse a disciplina, inclusive o Latim, que deixaria de ser ensinado no latim e passaria a ser ensinado pelo vernáculo. Trata-se de uma orientação que atingiu diretamente a publicação de compêndios em língua inglesa, uma vez que a língua identificada nos compêndios da época é o português e o inglês. No entanto, a influência do latim

permaneceu muito forte, tanto durante o século XVIII como no seguinte, o que pode ser verificado quando percebemos a grande influência na divisão das partes da gramática, idênticas às divisões das gramáticas do latim, e a sistematização de ensino observada nas gramáticas aqui analisadas (SANTOS, 2010).

As gramáticas de língua inglesa, seguindo um padrão identificado nos compêndios destinados ao ensino do Latim, eram comumente divididas em quatro partes, a saber: Ortografia (ou Letras), Etimologia (ou Palavras e partes do discurso), Sintaxe (ou Sentenças e regras de Concordância), Prosódia (ou Pronúncia e Versificação), podendo também ser encontrada uma quinta parte chamada de Ortoépia. Eram comuns os trabalhos com definições, memorizações e exercícios de parafrasear, substituir expressões, pontuação, correção de erros e *parsing* (análise sintática) (MICHAEL, 1987, p. 321; 323). Auroux (1992, p. 67), ao estudar o modo pelo qual as gramáticas encontradas até o século XIX eram compostas, relaciona os principais pontos encontrados em tais obras, a saber: a categorização e regras do conteúdo gramatical, exemplos e conteúdos, agrupados em ortografia / fonética, partes do discurso, morfologia ou etimologia e sintaxe. Os exemplos se constituem práticas de grande importância para o processo de gramatização, uma vez que “testemunham sempre uma certa realidade linguística. Eles podem não somente disfarçar a ausência de certas regras [...] como, quando necessário, podem ser invocados contra as regras e a descrição morfológica”.

Tomemos como exemplo uma gramática do século XIX, *A Grammatica anglo-lusitânica ou lusitano-anglica*, de J. Castro, publicada, na sua terceira edição, em 1759. Valorizando a importância da gramática para a aquisição de uma língua, e do Latim como língua de inspiração para o ensino, Castro divide sua gramática de forma a cobrir de forma detalhada os itens gramaticais, começando-se pelas letras e sua pronúncia, acentos, partes do discurso, gênero, número e caso, artigos, substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, conjunções, preposições, interjeições, ortografia e diálogos. Em todas as situações possíveis, a declinação e os casos são analisados de modo a se estabelecer uma correspondência com a Língua Latina, já que, como se

acreditava, bastava saber o Latim para que outras línguas pudessem ser assimiladas (AUROUX, 1992). O modelo da *Grammatica anglo-lusitânica* é muito similar ao observado nos compêndios do latim, inclusive no que se refere à inserção de diálogos familiares, que serviam de modelos de moral e bons costumes a serem seguidos pela sociedade.

A preocupação acentuada em utilizar declinações como base da análise gramatical fez com que Castro (1759) cometesse alguns erros em seu compêndio, uma vez que a Língua Portuguesa deixou de ser analisada considerando-se as suas características internas e as suas aplicações reais. Como exemplo, podemos citar a confusão que Castro faz entre o singular e o plural. Dessa forma, segundo o autor, o possessivo *our* é utilizado no singular, enquanto que a forma *ours* deve ser empregada no plural, conforme tabela apresentada em seu compêndio:

Singular	Plural
N. <i>our</i> , nosso, nossa	N. <i>ours</i> , nossos, nossas
G. <i>of our</i> , de nosso, de nossa	G. <i>of ours</i> , de nossos, de nossas
D. <i>to our</i> , ao nosso, á nossa	D. <i>to ours</i> , ao nossos, á nossas
A. <i>our</i> , a nosso, a nossa	A. <i>ours</i> , a nossos, a nossas
V. <i>o our</i> , ó nosso, ó nossa	V. <i>o ours</i> , ó nossos, ó nossas
Ab. <i>from our</i> , de nosso, de nossa	Ab. <i>from ours</i> , de nossos, de nossas

CASTRO, 1759, p. 55-6

Ao analisarmos a *Nova grammatica ingleza e portugueza dedicada á felicidade e augmento da Nação Portugueza. Selecta dos melhores autores*, publicada em Liverpool, em 1812, por Manoel de Freitas Brasileiro, percebemos uma estruturação bastante similar à encontrada no compêndio de Castro (1759), de forma análoga aos compêndios de latim, publicados na mesma época. Na primeira parte da gramática, voltada para a ortografia, o autor tratou dos sons das letras, estudando o alfabeto nas formas romana, itálica, antigo Inglês, nome ou som e som Português correspondente. Em nota de rodapé, o autor chamou a atenção para o conhecimento dos nomes ou sons (em Inglês), considerando essencial o estudo da articulação, o que justifica a sua preocupação com a pronúncia das palavras.

As vogais e consoantes foram trabalhadas isoladamente, mas, similarmente ao ocorrido com a gramá-

tica de Castro (1759), os sons vocálicos foram também analisados dentro das palavras. O autor, por exemplo, diferenciou o modo pelo qual a letra *a* é tratada nas diversas palavras, como é o caso de *fate*, que “sôa como *ei* portug., feit.”, *fall*, que “sôa como *o* portug., foll” e *far*, que “sôa como *a* portug., far” (BRAZILEIRO, 1812, p. 8). Em sequência, os ditongos, consoantes e dígrafos foram trabalhados, seguindo-se a mesma sequência observada no compêndio de Castro (1759). É interessante observar que muitos dos exemplos utilizados na obra de Brasileiro eram recorrentes do compêndio de 1759, da mesma forma que algumas observações estão também presentes nas duas gramáticas, a exemplo do cuidado que se deve ter com a articulação do som formado pelas letras *th*. Brasileiro (1812), diferentemente de Castro (1759), destaca a importância em se observar a posição dos órgãos vocais para a produção da fala. Essa se constitui, na realidade, a grande inovação do seu compêndio. Pela primeira vez a articulação foi relacionada à posição que os órgãos vocais ocupam no momento da fala. Brasileiro (1812) se defendeu de possíveis críticas, declarando que “alguns escriptores pensarão, que estes objectos mencionados não constituem parte de Grammatica”. O autor utiliza as palavras de Quintiliano e solicita cautela para que essa parte da gramática não seja desprezada, “pois aquelles que penetrarem as partes mais internas deste templo de Sciençia, lá descobrirão o refinamento e utilidade da materia, que tanto são proprios para aguçar o entendimento dos novatos, como à exercitalos para mais profundo conhecimento e erudição” (BRAZILEIRO, 1812, p. 30).

Na parte dedicada à Etimologia, o autor tratou das mesmas partes gramaticais tratadas por Castro (1759), e referendadas por Auroux (1992), como presentes nas gramáticas produzidas na época: artigo, substantivo ou nome, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. A análise dessas partes gramaticais continuou a incluir as declinações Latinas só que, dessa vez, nem todos os casos foram declinados, apenas os nominativos, possessivos e objetivos. Apesar de Freitas (1812) ter utilizado muitos dos exemplos de Castro (1759), os casos ablativo, dativo e vocativo não foram mencionados.

Ex. Substantivos masculino sem artigos

Singular	Plural
cazos	cazos
Nominativo, <i>Man</i> , Homem	Nomin. <i>Men</i> , Homens
Possessivo, <i>Man's</i> , de homem	Posses. <i>Men's</i> , de homens
Objectivo, <i>Man</i> homem	Object. <i>Men</i> homens

(BRAZILEIRO, 1812, p. 45)

Todas as partes gramaticais dessa obra contêm explicações minuciosas com o objetivo de auxiliar o entendimento. No entanto, como aconteceu com a *Grammatica Anglo-Lusitanica*, as regras se tornaram, em muitos momentos, confusas. Ao se referir à sintaxe dos verbos, por exemplo, o autor destacou que “todas as partes de um período ou sentença devem corresponder uma à outra; para o que hé necessario guardar a construção regular e dependente entre ellas” (BRAZILEIRO, 1812, p. 157).

Uma das orientações mais importantes presentes nas orientações para o ensino de latim e de português contida nas reformas pombalinas, como, por exemplo, no Alvará de 1759, é a preocupação com a composição de compêndios claros e sucintos, sem grandes rebuscamentos e sem excessos de regras, ou exceções, que só fazem deixar os alunos mais confusos. Interessante notar que, mesmo tendo sido essas orientações observadas em 1759, as gramáticas de 1759 e 1812 ainda possuíam muitas regras e algumas confusas, como citado anteriormente. Com o passar do tempo, essa orientação do Marquês de Pombal se fez mais presente nos compêndios publicados, mesmo após a sua queda. É o que se pode verificar ao se analisar a *Arte Ingleza*, publicada em 1827 pelo Padre Guilherme Tilbury.

O repúdio de Tillbury (1827) por normas complexas está atestado no prefácio da sua *Arte*, ao alegar ser “inimigo declarado de Grammaticas volumosas para principiantes”, indicando, contudo, as gramáticas de Siret (Inglês) e Cobbet (Francês) para aqueles que desejarem maior aprofundamento. O autor diz desconfiar daqueles que se apoiam em explicações aprofundadas e chega a afirmar que leitores de gramáticas de tal complexidade geralmente não são capazes de explicar as ‘miudezas’ das definições aos estudantes. Por não acreditar nos benefícios de gramáticas complexas e longas, chega até mesmo a afirmar que, para o bom conhecedor da língua, qualquer gramática é de utilidade, devendo-

-se preferir sempre as menores. Para aqueles que não dominam o idioma, por outro lado, seria necessário “huma Grammatica em Folio, com todas as miudezas de Definições, e Conjugações repetidas etc. Etc. Etc.; as quaes elles por si sós não sabem explicar ao estudante” (TILLBURY, 1827, p. ii).

As gramáticas de 1812 e 1827 aqui analisadas e a tendência em se ter compêndios mais concisos e simplificados estão em consonância, dessa forma, com as orientações de Pombal, que se estenderam por todo o século XVIII e parte do XIX, podendo ser percebidas com as ações de D. João VI, expressas na Decisão n. 29, de 14 de julho de 1809, que, ao oficializar o ensino de Inglês em terras brasileiras, apropriou-se das ideias contidas na legislação pombalina. Segundo o documento, os professores de Inglês deveriam

ditar suas lições pela Gramática que fosse mais bem conceituada enquanto não formalizassem uma de sua composição, e habilitassem seus Discípulos na pronúncia das expressões, e das vozes das respectivas linguas, adestrando-os em bem fallar e escrever, para o que deveriam servir-se dos melhores modelos do seculo de Luiz XIV. Nas traduções dos lugares, os alunos haveriam de conhecer o genio, e idiotismo da lingua, e as bellezas e elegancias della, e do estylo e gosto mais apurado e seguido, e na escolha dos livros, seriam preferidos os de mais perfeita e exacta moral, usando-se para comparação com a Língua Pátria os autores classicos do seculo de quinhentos que melhor reputação tivessem entre os litteratos (PORTUGAL, 1828).

A Decisão n. 29 chega, inclusive, a citar a lei do século anterior, destacando ser necessário seguir as determinações estabelecidas na “Instrução para os Professores de Grammatica Latina”, publicada com a Lei Geral dos Estudos Menores, ou Alvará de 28 de junho de 1759, como também era conhecido. Pela “Instrução”, é destacada a importância da educação para o ensino da mocidade e para a preservação dos valores cristãos. Para que esse fim pudesse ser atingido, a Língua Latina foi destacada, com ênfase na necessidade

em se buscar o Latim para que as “*Sciencias Maiores*” pudessem ser atingidas.

Nessa busca pelos modelos morais a serem seguidos, era comum encontrar nas gramáticas do século XVIII diálogos familiares, na língua inglesa, com respectiva tradução para o português, trazendo conversações sobre como se comportar diante das diversas situações sociais às quais os alunos estariam expostos. Esses diálogos familiares já eram comuns nos compêndios de latim do século XVI, e continuaram a ser publicados em boa parte do século XIX.

Ao analisarmos os diálogos familiares da gramática de Brasileiro (1812), chama a atenção o fato de o autor se preocupar mais com a educação da mocidade do que com a questão linguística. Apenas as perguntas feitas pelo mestre foram traduzidas para o Inglês, enquanto as respostas dadas pelo discípulo permaneceram na Língua Portuguesa, sem que houvesse a preocupação em tentar solidificar o idioma através da tradução das respostas dadas.

Após a parte dedicada aos “*Diálogos Familiares*”, o autor divulgou listagens de frases contendo preceitos morais a serem seguidos. Como exemplo, podemos citar o item “*Divisão do tempo e horas em que os meninos devem empregar os seus dias com proveito*”. Nesse momento, todas as frases são traduzidas para o Inglês. Essas frases se constituíam em orientações comportamentais a serem seguidas, com a inclusão de horários em que as atividades deveriam ser realizadas. Essa parte do compêndio foi complementada por uma seção chamada “*Sentenças Moraes*”, que continha vinte e quatro frases. A cada letra do alfabeto, um conselho era dado em Inglês e era devidamente traduzido para o Português. O autor terminou sua obra publicando versos em Inglês, com destaque, mais uma vez, para os princípios religiosos e morais da época.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao investigar o modo pelo qual as diretrizes da instrução pública instituídas pelas reformas pombalinas foram aplicadas e desenvolvidas na colônia brasileira, é possível destacar o papel na institucionalização da profissão docente, na medida em que todas as ações educa-

cionais saíram das mãos dos jesuítas e passaram para o controle do Estado, que nomeava os professores régios, através de concursos, ou regulamentavam outros, já que não foram muitos os professores da colônia.

No que se refere aos compêndios utilizados nesta nova fase, além de decretar que os livros dos padres da Companhia de Jesus deveriam ser destruídos, houve uma série de recomendações para as obras a serem produzidas e utilizadas, priorizando-se aquelas concisas e com poucas regras gramaticais e que primassem pela inculcação de valores morais na mocidade. É possível afirmar que houve um

período de continuidade, do ponto de vista da história do ensino das línguas no Brasil, que comporta os governos de D. José I, D. Maria I e D. João VI, bem como do seu filho e sucessor D. Pedro I, uma vez que a permanência, mesmo depois da Independência, de uma geração de intelectuais que passaram por todo esse processo, [...] pode ter contribuído para a manutenção, propagação e até mesmo apropriação de valores advindos da universidade reformada de Coimbra, talvez a grande obra cultural do Marquês de Pombal (OLIVEIRA, 2008, p. 8-9).

As reformas pombalinas da instrução pública podem ser vistas como um Projeto Pedagógico de grande impacto durante o reinado de D. José I, no século XVIII, podendo-se rastrear as implicações de seus pressupostos no século XIX, não só em Portugal como também em suas colônias, através, principalmente, das práticas educativas, da institucionalização do ensino, das nomeações de professores através de concursos públicos, na valorização de compêndios que valorizassem o número reduzido de regras e a concisão e no cuidado para com a consolidação de valores morais, principalmente através das obras utilizadas.

Esta última característica pode ser constatada ao se perceber o cuidado com o qual os diálogos familiares continuaram a ser incluídos nos compêndios de língua inglesa, mostrando que essa valorização ainda era constante, mesmo após a queda do Marquês de Pombal. A legislação do Brasil Império está repleta de exemplos

em que, juntamente com as ações relacionadas ao ensino, esses valores se faziam presentes na lei, para que professores não se esquecessem da importância da moral para o ensino. Para exemplificar, podem-se citar os estatutos da Casa Pia e do Collegio de S. Joaquim dos Meninos Orphãos da Cidade da Bahia, uma vez que o Capítulo IV foi dedicado para a educação religiosa e moral. Entre os pontos destacados, citam-se a incitação para que se inspirem exemplos de moral, a importância em se plantar a virtude, e a necessidade de se usar a persuasão para a inculcação e o estabelecimento dos bons costumes (BRASIL, 1878).

Por fim, é importante destacar que, mesmo não havendo uma legislação própria para o ensino de língua inglesa, diante de obras publicadas para este fim, é possível analisar as influências recebidas e traçar um paralelo entre as características observadas e os pressupostos encontrados em materiais ou legislações relacionadas a cadeiras similares. Assim, fica evidente que muitas das normas estipuladas para o ensino de língua latina e portuguesa foram também internalizadas para a composição dos compêndios de inglês. Entre essas características, destacam-se as instruções e explicações em língua materna, a valorização de regras simplificadas e sem rebuscamentos, a concisão das obras, a estruturação das partes da gramática, e a valorização da moral e dos bons costumes, verificados através das seções destinadas aos diálogos e frases familiares. As características encontradas nos compêndios oitocentistas continuaram a ser observadas nas obras publicadas no século seguinte, demonstrando que, apesar de ter sido considerada nefasta, a obra do Marquês de Pombal deixou marcas no sistema educacional de Portugal e de suas colônias.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BRASIL. *Collecção das leis do Império do Brazil de 1828*. Parte segunda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.
- BRAZILEIRO, Manoel de Freitas. *Nova grammatica ingleza e portugueza dedicada á felicidade e augmento da Nação Portugue-*

za. Selecta dos melhores authores, por Manoel de Freitas Brasileiro. Liverpool: G. F. Harris's Viuva e Irmãos, 1812.

CASTRO, J. *Grammatica Anglo-Lusitanica & Lusitano-Anglica*: ou, Gramatica Nova, Ingleza e Portugueza, e Portugueza e Ingleza; dividida em duas partes. A primeira para a instrução dos Inglezes que desejarem alcançar o conhecimento da Lingua Portugueza. A segunda, para o uso dos Portuguezes que tiverem a mesma inclinação a Lingua Ingleza. Das quaes a Primeira está corrigida e emendada, a segunda executada por Methodo claro, familiar, e facil. 3. ed. London: W. Meadows, 1759.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

JACA, Carlos. *Fazer dos mortos gente de hoje: Os cinco anos que abalaram o Marquês (1777-1782)*. Portuga, 2003. In: < <http://www.esas.pt/jaca/docs/Marques%20de%20Pombal.pdf>> Acesso em 22 de abril de 2016.

MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. Paz e Terra, RJ, 1997.

MICHAEL, Ian. *The Teaching of English from the Sixteenth Century to 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *A instituição das línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Histórica, Política e Sociedade. São Paulo, 2006a.

_____. *A Escola, o Estado e a Nação: para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827)*. Projeto do CNPQ, processo n.º 400822/2008-3, 2008. Disponível em: <http://www.ufs.br/grupos/gphelb/orientacoes/escolaEstadoNacao.pdf>.

PORTUGAL. *Collecção da Legislação Portugueza desde a ultima compilação das ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor* pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810. Lisboa: na Typ. Maignrense, 1828

SANTOS, Elaine Maria. *As reformas pombalinas e as gramáticas inglesas: percursos do ensino de Inglês no Brasil (1759-1827)*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Núcleo de Pós-Graduação em Letras, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

TILLBURY, Guiherme Paulo. *Arte ingleza offerecida ao illustrissimo Senhor Visconde de Cayru*. Rio de Janeiro: Na Typographia Imperial e Nacional, 1827.

O AUTOR

Elaine Maria Santos é Professora do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal de Sergipe. Email: santoselaine@yahoo.com.br